

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E
EM DIREITO APLICADO
EDITAL Nº 01/2022

ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA CONVALIDAÇÃO DOS CRÉDITOS CURSADOS NOS MÓDULOS CONTEÚDOS JURÍDICOS E PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA, DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC, PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PÚBLICO E EM DIREITO APLICADO, AMBOS OFERTADOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

O Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público e em Direito Aplicado, ambos vinculados à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, respeitando o que versa o Convênio firmado entre a FURB, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC e a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, torna público os procedimentos aos alunos das Unidades da ESMESC nas cidades de Florianópolis e Joinville para solicitar convalidação dos créditos cursados nos Módulos Conteúdos Jurídicos e Práticas Jurídicas do curso de Preparação para a Magistratura para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos) e Direito Aplicado (Módulo Práticas Jurídicas):

1 Dos cursos

1.1 Especialização em Direito Público:

1.1.1 O curso de Especialização em Direito Público da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Módulo de Conteúdos Jurídicos do Curso de Preparação para a Magistratura (num total de 360 horas, sendo 345h obrigatórias e 15h optativas), conforme prevê o Projeto Pedagógico da ESMESC, possibilitando, portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo II e III deste Edital.

1.1.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado no respectivo curso a partir do início de 2018 (dois mil e dezoito), e é exclusivo aos alunos das Unidades da ESMESC de Florianópolis e Joinville.

1.2 Especialização em Direito Aplicado:

1.2.1 O curso de Especialização em Direito Aplicado da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Módulo de Práticas Jurídicas do Curso de Preparação para a Magistratura (num total de 360 horas, sendo 345h obrigatórias e 15h optativas), conforme prevê o Projeto Político – Pedagógico da ESMESC, possibilitando, portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo II e III deste Edital.

1.2.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado no respectivo curso a partir do início de 2018 (dois mil e dezoito), e é exclusivo aos alunos da Unidade da ESMESC de Florianópolis.

2 Da inscrição

2.1 Para formalizar sua inscrição no respectivo curso o aluno deve acessar o link <https://www.furb.br/ipos/> preencher todas as informações solicitadas e encaminhar a documentação relacionada no item 3 para o endereço e-mail esmesec@fur.br.

2.2 Através do link <https://www.furb.br/ipos/> o aluno fará a sua opção entre as Especializações em Direito Público ou Direito Aplicado e no encaminhamento da sua documentação, para o endereço de e-mail esmesec@furb.br, no campo assunto da mensagem eletrônica deverá especificar a sua opção de curso e sua respectiva Extensão (Florianópolis ou Joinville).

2.3 O processo de inscrição dar-se-á por meio exclusivamente eletrônico, com o preenchimento da Ficha de Inscrição e envio dos documentos solicitados, todos, na forma digital.

3 Da forma ingresso

Para formalizar a inscrição na presente convalidação o aluno deverá enviar todos os documentos abaixo listados em arquivos em formato PDF para o e-mail esmesec@furb.br:

3.1 Certificado da graduação;

3.2 Histórico escolar da graduação;

3.3 Certificado de conclusão do Curso de Conteúdos Jurídicos ou Práticas Jurídicas da ESMESC;

3.4 Cédula de identidade; (frente e verso).

3.5 CPF (dispensável caso o número conste de outro documento apresentado)

3.6 O envio da documentação é responsabilidade do aluno e caso haja algum documento faltante ele poderá ser encaminhado posteriormente até a data prevista no item 6 para entrega do trabalho (monografia ou artigo). Decorrido o prazo, o aluno deverá realizar nova inscrição.

4 Dos valores para validação e das matrículas

4.1 O pagamento relativo à taxa de convalidação das disciplinas será de:

4.1.1 Para a pós-graduação em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos - Florianópolis) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos);

4.1.2 Para a pós-graduação em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos - Joinville) – R\$ 1.096,30 (mil e noventa e seis reais);

4.1.3 Para a Pós em Direito Aplicado (Módulo Práticas Jurídicas) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos).

4.2 Os pagamentos serão feitos em parcela única para a ESMESC, por meio de boleto bancário que será gerado na área do aluno no Portal da ESMESC.

4.2.1 Caso não consiga gerar o boleto é de inteira responsabilidade do aluno entrar em contato com a ESMESC e solicitar a emissão do documento.

4.3 A matrícula apenas será formalizada após:

4.3.1 O preenchimento do formulário disponível no link referido no item 2.1 e o envio dos documentos relacionados no item 3.

4.3.2 Ter efetuado tempestivamente o pagamento da taxa de convalidação.

4.4 A publicação de edital de homologação pela coordenação do curso da FURB atestando que o aluno atende aos requisitos para se matricular no respectivo curso de pós-graduação conforme prazo constante do item 6.

5 Do Trabalho Final

5.1 Conforme a legislação pertinente todo o aluno regularmente matriculado num curso de pós-graduação, para efetivar a conclusão do curso deverá apresentar um trabalho de conclusão.

5.2 O aluno escolherá qual modalidade de trabalho final pretende desenvolver: artigo científico ou monografia.

5.3 O aluno deverá escolher um tema pertinente à área jurídica para desenvolver o seu trabalho.

5.4 O trabalho final é feito sob a supervisão de um Professor graduado em Direito que possua no mínimo o título de mestre em alguma área da Ciências Jurídicas ou área afim, cujo nome, acompanhado de documentação comprobatória da titulação, contendo CPF, RG e data de nascimento deverá ser remetido para a FURB quando da entrega do Trabalho de Conclusão.

5.4.1 Os títulos de orientadores obtidos em Instituições de Ensino Estrangeira deverão ter sido validados por IES brasileira para que o docente possa atuar como orientador do trabalho de conclusão do aluno.

5.4.2 O trabalho final a ser desenvolvido e entregue nos termos dos itens 5.3 e 5.4 deve seguir as normas ABNT para elaboração de trabalhos científicos, contendo 65 páginas no mínimo (em caso de monografia) ou 15 páginas no mínimo (em caso de artigo) excluídos os elementos pré e pós-textuais.

5.5 A FURB, ESMESC ou AMC não mediarão a escolha do orientador do acadêmico, nem efetuarão o pagamento da atividade de orientação. Esta relação será acordada diretamente entre o aluno e seu orientador, sendo possibilitado ao aluno escolher o orientador que melhor lhe convier.

5.6 Ao fazer a entrega do seu trabalho final o aluno deverá anexar o termo de aprovação que consta no Anexo I deste Edital devidamente preenchido e assinado.

5.7 A entrega do trabalho final é feita da seguinte forma: Remessa de toda a documentação (Trabalho final, comprovante (certificado) da maior titulação do Professor Orientador e Ficha de Avaliação) para o seguinte correio eletrônico: esmesc@furb.br.

6 Dos prazos

Os prazos para consecução de todas as atividades previstas neste edital estão expressos abaixo:

Evento	Data
Publicação do edital para ingresso nas pós-graduações	05/11/2022
Período para inscrição nos cursos de pós-graduação	05/11/2022 a 15/12/2022
Prazo final de remessa de documentos dos alunos à FURB	15/12/2022
Prazo de análise dos pedidos pela FURB	16/12/2022
Divulgação pela FURB do resultado dos pedidos de validação	16/12/2022
Limite para pagamento da taxa de convalidação das disciplinas	22/12/2022
Limite para entrega do trabalho (artigo científico / monografia): Curso de Pós-Graduação em Direito Público e Curso de Pós-Graduação em Direito Aplicado	31/07/2023
Limite final para entrega do certificado de conclusão do curso de Conteúdos Jurídicos ou Curso de Práticas Jurídicas da ESMESC	31/07/2023

7 Da certificação

7.1 Após cumpridos todos os requisitos, o aluno fará jus ao respectivo título de especialista para o qual se matriculou e solicitou convalidação dos créditos.

7.2 A emissão do certificado fica a cargo da Divisão de Pós-Graduação da FURB e da Extensão FURB da ESMESC.

7.3 No certificado constará a relação de Professores que atuaram no respectivo curso de Pós-Graduação da FURB, uma vez que os alunos solicitaram a convalidação dos créditos.

7.4 O prazo estimado para emissão dos certificados é de 120 dias contados a partir da data final de entrega dos trabalhos.

7.4.1 Este prazo poderá sofrer alteração em razão da demanda para emissão de outros certificados junto à FURB.

7.5 Não serão emitidos certificados antes da data final da entrega do trabalho de conclusão, ou seja, o dia 31 de julho de 2023.

7.6 Conforme procedimento institucional, o acadêmico deverá efetuar a retirada de seu certificado junto ao setor de registro de diplomas da Universidade, localizado na Praça de Atendimento ao Estudante, no campus I da Universidade – Rua Antônio da Veiga, 140 – Bloco A Bairro Victor Konder, Blumenau – SC.

8 Das disposições gerais e transitórias

8.1 A reprovação em alguma das disciplinas ofertadas implica em novo pagamento para cursá-la.

8.2 A reprovação no Trabalho Final ou a falta de entrega do trabalho no prazo estabelecido neste Edital inviabiliza a conclusão do curso.

8.3 A não conclusão do curso não permite o aproveitamento do pagamento efetuado para fins de matrícula em outras turmas ou cursos ofertados pela FURB.

8.4 Os alunos que solicitarem a convalidação dos estudos e que tenham concluído o respectivo curso preparatório em matrizes curriculares antigas, deverão cursar as disciplinas integrantes da matriz curricular vigente (conforme anexos II e III) para fins de adequação curricular, sendo que deverão arcar com as despesas para tal, uma vez que essas disciplinas não estão inseridas na taxa de convalidação estipuladas no item 4 deste Edital;

8.5 A existência de quaisquer débitos junto a FURB e a ESMESC não permite a realização da inscrição ou matrícula no curso;

8.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelos setores competentes da FURB respeitando os seus regulamentos internos, em especial as Resoluções CEPE/FURB nº 14/2012 e 84/2019, que aprovaram as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da FURB, em nível de especialização.

8.7 O presente Edital se aplica apenas aos alunos das turmas da ESMESC sediadas em Florianópolis e em Joinville, ficando vedada sua aplicação a qualquer outra extensão que a ESMESC mantiver com outras instituições.

Blumenau (SC), 05 de novembro de 2022.



Professor Feliciano Alcides Dias, Dr.

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Público e em Direito Aplicado

Universidade Regional de Blumenau

ANEXO I

FICHA DE AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

NOME DO ALUNO

TÍTULO DA MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO APROVADA COM CONCEITO _____, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM _____, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

Assinatura do Orientador

NOME DO ORIENTADOR - TITULAÇÃO

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Cidade,

Data de conclusão da monografia: ____/____/____

ANEXO II

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Disciplina: Direito Civil	Carga horária: 60h
Ementa: Teoria, Sujeitos e Crítica da Parte Geral: Lei de Introdução às normas civis brasileiras: aspectos destacados. Contextualização do Direito Civil na contemporaneidade. Início e Fim da Personalidade da Pessoa Natural e da Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens. Teoria do Fato Jurídico. Invalidade do Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência. Trânsito Jurídico e Responsabilidade: Obrigações, Contratos, Direito de Danos e Autonomia: Teoria geral das Obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Abuso de Direito. Teoria Geral dos Contratos: princípios, formação e revisão contratual. Extinção do contrato. Locação. Titularidades - Propriedade, Posse e Patrimônio: Do Direito das Coisas. Da Posse. Da Propriedade. Do Direito Real sobre coisas alheias. Família e Sucessões: Casamento e União Estável: aspectos destacados. Casamento nulo, anulável e inexistente. Regime de Bens. Filiação e sua contextualização atual. Guarda compartilhada. Alimentos: aspectos destacados. Reflexões em torno das disposições gerais do Direito Sucessório. Da sucessão legítima e a concorrência do cônjuge. A sucessão do companheiro.	

Disciplina: Direito Constitucional	Carga horária: 45h
Ementa: 1 - Constituição: conceito; objeto; classificações estrutura. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. - Poder constituinte. - Princípios fundamentais. - Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. 2 - O Estado Federal: Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político administrativa. Repartição de competências. - Intervenção nos Estados e nos Municípios. 2 - Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. - Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. - Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. 3 - Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. A Constituição Estadual: a estrutura da Constituição do Estado de Santa Catarina.	

Disciplina: Direito Empresarial	Carga horária: 30h
Ementa: DO DIREITO DE EMPRESA. Origem do Direito Comercial (Empresarial). Teoria dos atos de comércio (sistema francês). Teoria da Empresa (sistema italiano). Fontes do Direito Comercial. DO DIREITO DE EMPRESA. – EMPRESA, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI. Conceito de Empresa. Distinção entre empresa e sociedade. Empresário Individual. Responsabilidade do empresário individual. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (Lei n. 12.441/2011). Requisitos de constituição da EIRELI. Nome empresarial. Administração. Responsabilidade. Capacidade para o exercício da empresa. Registro Público do Empresário. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. Noções gerais sobre estabelecimento. Elementos do estabelecimento empresarial – bens corpóreos e incorpóreos. Agentes auxiliares do empresário. Escrituração. DA SOCIEDADE. Formação histórica. Constituição da sociedade. Cláusulas essenciais do contrato social. Registro da sociedade. Personificação e seus efeitos. Desconsideração da personalidade jurídica. Legislação pertinente. DA SOCIEDADE LIMITADA - Lei n. 10.406/2002. Noções e previsão legal. Nome social. – firma ou denominação. Responsabilidade dos sócios. Dever de integralização do capital social – sócio remisso. Responsabilidade Patrimonial. Capital Social. Deliberações. Cessão de quotas. Administração a sociedade. Conselho Fiscal. Direito de	

retirada e direito de preferência. Exclusão de sócio remisso. Resolução da sociedade em relação a sócios. DAS SOCIEDADES POR AÇÕES - Lei n. 6.404/76. Sociedades por ações. Tipos de Sociedades por ações. Sociedade em Comandita por ações. Noções gerais. Sociedade Anônima. Histórico, noções gerais e previsão legal. Constituição da sociedade anônima. Características e princípios modernos. Denominação. Capital social. Ações. Sociedade de capital aberto e sociedade de capital fechado. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Ações. Debêntures, Partes beneficiárias. Bônus de subscrição. Órgãos da sociedade. Assembleias gerais. Conselho de administração, Conselho Fiscal. Diretoria. Controle e Grupo de Sociedades. Sociedades Coligadas. Sociedade subsidiária integral. Consórcio. DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. Reorganização societária. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE. Noções gerais. Dissolução. Liquidação. Partilha. Extinção. DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Noções gerais. Microempresa (ME) - Lei Complementar n. 123/2006. Empresa de Pequeno Porte (EPP) - Lei Complementar n. 123/2006. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, JUDICIAL E DA FALÊNCIA DA EMPRESA - - Lei n. 11.101/05. Histórico e legislação aplicável. Disposições comuns à recuperação e à falência. Legitimidade ativa e passiva. Juízo universal. Administrador judicial. Comitê de credores. Assembleia de credores. Recuperação extrajudicial. Recuperação judicial. Recuperação com plano especial. Falência. Sentença denegatória e declaratória da falência. Efeitos da falência quanto aos bens e à pessoa do falido. Efeitos da falência quanto às obrigações. Administração da falência. Arrecadação e custódia dos bens do falido. Pedidos de restituição. Habilitação e classificação dos créditos. Alienação dos bens do falido. Pagamento dos credores. Encerramento do processo. Extinção das obrigações do falido. Crimes falimentares. DOS TÍTULOS DE CRÉDITO. Legislação pertinente. Conceito de título de crédito. Aplicabilidade do Código Civil de 2002. Características dos títulos de crédito. Cartularidade. Literalidade. Autonomia. Atos cambiários. Aceite. Endosso. Aval. Protesto. Vencimento e pagamento. Tipos de títulos de crédito: Letra de câmbio - Decreto n. 2.044/1908 - Decreto n. 57.663/66. Nota promissória - Decreto n. 2.044/1908 - Decreto n. 57.663/66. 12.5.3. Duplicata - Lei n. 5.474/1968. Cheque - Lei n. 7.357/1985. Protesto de títulos - Lei n. 9.492/1997. Ação cambial. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - Lei n. 9.279/1966. Noções gerais. Bens integrantes da propriedade industrial. Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. Marca. Patente. Registro. Extinção da propriedade industrial.

Disciplina: Direito Processual Civil	Carga horária: 75h
Ementa: Processo e Tutelas: Ementa: Jurisdição, processo e ação; normas fundamentais do processo civil; limites da jurisdição nacional; cooperação internacional; competência; conflito de competência; das partes e dos procuradores; litisconsórcio; intervenção de terceiros; juiz e órgãos auxiliares da justiça; Ministério Público, advocacia e defensoria públicas; forma dos atos processuais; tempo dos atos processuais; nulidades dos atos processuais; tutelas provisórias; formação, suspensão e extinção do processo; processo e procedimento; procedimento comum; fase postulatória; audiência de conciliação e mediação; saneamento; julgamento conforme o estado do processo; teoria geral da prova cível; provas em espécie; audiência de instrução e julgamento; sentença; coisa julgada. Sentença e Recursos em Espécie: Pronunciamentos Judiciais. Meios de Impugnação. Recursos no Código de Processual. Precedentes Judiciais. Procedimentos Especiais: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais previstos em Legislação Extravagante. Processo Coletivo. Precedente Judicial. Execuções: teoria geral das execuções; princípios que regem as execuções; competência para executar; títulos executivos; responsabilidade patrimonial do executado; penhora e impenhorabilidade; cautelares nas execuções; cumprimento de sentença; cumprimento definitivo e provisório da sentença; execução de títulos extrajudiciais; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública; execução fiscal; nulidades das execuções; penhora, avaliação e depósito; expropriação de bens; impugnação ao cumprimento da sentença; embargos à execução; exceção de pré-executividade; expropriação de bens; suspensão e extinção das execuções.	

Disciplina: Direito Penal	Carga horária: 45h
Ementa: Princípios constitucionais penais. Aplicação da lei penal. Crime: Conceito, Elementos. Tipicidade: Elementos, Causas de exclusão. Relação de causalidade. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Dolo e culpa. Culpabilidade: Pressupostos, Causas de exclusão. Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e obediência hierárquica. Ilicitude, Causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.	

Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990). Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997). Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998). Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003). Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006). A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006).

Disciplina: Direito Processual Penal	Carga horária: 45h
Ementa: 1 - Princípios constitucionais do processo penal. 2 - Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 3 - Inquérito policial. 4 - Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal de iniciativa pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal de iniciativa privada: Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Decadência. Perempção. Extinção da punibilidade. 5 - Ação civil <i>ex delicto</i> . 6 - Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência. 7 - Das questões e processos incidentes. 8 - Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. 9 - Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. Vítima no processo penal. 10 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. Da prisão temporária. 11 - Das medidas assecuratórias. 12 - Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 13 - Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais. 14 - Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 15 - Dos prazos: características, princípios e contagem. 16 - Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. 17 - Da coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. 18 - Das nulidades. 19 - Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade. 20 - Recursos especial e extraordinário. 21 - Das ações de impugnação. Da revisão criminal. Do habeas corpus. Do mandado de segurança. Das exceções. 22 - Aspectos processuais penais constantes da Lei n. 8.072/1990, Lei n. 9.099/1995, Lei n. 10.259/2001, Lei n. 9.296/1996, Lei n. 9.613/1998, Lei n. 10.826/2003, Lei n. 11.340/2006, Lei n. 11.343/2006, Lei n. 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. 23 - Lei n. 4.898/1965 (Abuso de autoridade). 23 - Código de Trânsito Brasileiro. 24 - Identificação criminal (Lei n. 9.34/1995).	

Disciplina: Direito Administrativo	Carga horária: 30h
Ementa: Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo. Função administrativa e regime jurídico-administrativo. Princípios da Administração Pública. Poderes da Administração. Organização administrativa. Ato administrativo. Processo administrativo. Improbidade administrativa. Licitações e contratos administrativos. Serviços públicos. Agentes públicos. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. Bens públicos. Responsabilidade extracontratual do Estado. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração. Fazenda Pública em juízo.	

Disciplina: Direito Tributário	Carga horária: 15h
Ementa: Sistema Tributário Nacional. Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e passivo da obrigação	

tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Decadência e Prescrição em matéria tributária. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez. Certidões. Fiscalização. Arrecadação. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança.

Disciplina: Metodologia Da Pesquisa	Carga horária: 15h
Ementa: Pesquisa: 1. Para que serve (Tipos de pesquisa: básica, aplicada, experimental). 2. As Bases do Método Científico (Construção do objeto da pesquisa: Definição de método científico. Avanços da ciência. De que maneira o método científico aparece na estrutura de artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos). 3. Planejamento de Pesquisa (Elementos essenciais de um projeto de pesquisa. Como encontrar um problema de pesquisa. Como fazer perguntas e como encontrar respostas). 4. A Produção do Conhecimento (Como elaborar um resumo geral. Como escrever introduções e conclusões. O processo de revisão do documento). 5. Produção de Documentos (As qualidades de um documento: clareza, objetividade, precisão, fluidez, familiaridade).	

ANEXO III

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO APLICADO

Disciplina: Teoria E Prática Processual Civil	Carga horária: 105h
Ementa: Estrutura da Sentença: Conceito de Sentença. Mudanças no NCPC. A sentença e os demais atos do Juiz. Estrutura da Sentença: relatório, fundamentação e dispositivo. Operação dialógica e a <i>ratio decidendi</i> . Sistema de precedentes: <i>overruling</i> e <i>overriding</i> . O dever de fundamentação e o art. 489, § 1º do NCPC. Regra de congruência: congruência externa e interna. Fato superveniente. Dispositivo: honorários advocatícios, custas e despesas processuais. Juros e correção monetária. Solução de teses. Decisões Interlocutórias: Pronunciamentos Judiciais. Conceitos. Requisitos. Distinções Espécies. Técnicas de Decisões Interlocutórias e Despachos. Antecipação de Tutela. Liminar. Saneamento e Organização do Processo. Técnicas de Audiências. Audiência Conciliatória. Audiência de Justificação Prévia e Audiência de Instrução e Julgamento. Instrumentos Probatórios. Meios de Prova. Delimitação do Âmbito Probatório. Especificação de Provas. Análise Sobre a Pertinência de Meio Probatante Indicado.	

Disciplina: Formação Humanística	Carga horária: 60h
Ementa: Sociologia do Direito: Introdução à Sociologia(S). Controle Social e Direito. O Controle Social e o Modelo Punitivo. A Interação entre os Mecanismos de Controle Social Formal e Informal: Direito Comunicação Social e Opinião Pública. Conflitos Sociais Mecanismos de Resolução e o Modelo Restaurativo. Psicologia Judiciária: Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas. Filosofia do Direito: A relação entre Direito e Justiça, da tradição grega ao contexto atual. Os principais debates sobre Moral e Direito. A relação entre hermenêutica e direito, da concepção clássica de interpretação à virada linguística de ordem pragmática. Interpretação e concretização do sentido normativo: principais expoentes. As atuais correntes do neoconstitucionalismo e garantismo e suas posições sobre os institutos do positivismo: direito objetivo e direito subjetivo, princípios do direito, jurisprudência, lacunas e antinomias normativas e a relação entre Política, Direito e Ideologia. Ética e Estatuto Jurídico da Magistratura Nacional: Regime Jurídico da Magistratura Nacional: Carreiras, ingresso, promoções, remoções. Direitos e Deveres Funcionais Da Magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional. Sistemas de Controle Interno Do Poder Judiciário: Corregedorias, ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça. Responsabilidade Administrativa, Civil E Criminal dos Magistrados. Lei Orgânica da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Direitos e Deveres dos Magistrados na Constituição Federal. Teoria Geral do Direito e da Política: Direito objetivo e direito subjetivo, fontes, princípios gerais e jurisprudências no Direito. Sumula Vinculante. Direito intertemporal nas diversas áreas do direito. Direito e Ideologia. Estrutura e funcionamento do poder político. Principais categorias da Teoria Política. Estado, Poder e Governo. Os dois modelos jurídicos: paradigma paleopositivista e constitucionalista (positivista e pós-positivista). As regras e os princípios. O garantismo como confluência teórica entre Política e Direito.	

Disciplina: Leis Especiais	Carga horária: 60h
Ementa: Direito da Criança e do Adolescente: Doutrina da proteção integral. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança; Princípios fundamentais do Estatuto; Direitos fundamentais inerentes ao direito da Criança e do Adolescente; Direito à vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; Direito à profissionalização e à proteção no trabalho; O trabalho dos atores e esportistas mirins; As piores formas de trabalho infantil; A prevenção especial no Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas e entidades de atendimento; Medidas de proteção; Princípios regentes das medidas de proteção; O ato infracional e sua apuração; A idade penal como norma constitucional; A importância da Diretriz 54 de Riad; Direitos individuais afetos ao adolescente em conflito com a lei; Garantias processuais; Medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sinase (Lei n. 12.594/2012); Medidas pertinentes aos pais ou responsável e o	

poder familiar; Conselho Tutelar; Atribuições do Conselho; Processo de escolha dos conselheiros tutelares e impedimentos. Acesso à justiça da infância e juventude; O Juiz; Serviços auxiliares; Procedimentos; Recursos; O Ministério Público na disciplina do Estatuto da Criança e do Adolescente e a figura do Curador de Menores; Advogado; A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos e a importância das instituições permanentes (Ministério Público e Defensoria Pública); Competência para apreciação dos interesses individuais, difusos e coletivos segundo o Superior Tribunal de Justiça; Crimes e infrações administrativas previstos no Estatuto como forma de garantir sua efetividade. **Direito Eleitoral:** Direitos Políticos. Partidos Políticos. Eleições. Ações e Recursos Eleitorais. **Direito Ambiental:** Tutela constitucional do meio ambiente. Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao meio ambiente. **Direito do Consumidor:** Origem, finalidade e campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Relação de consumo, elementos e conceitos legais. A proteção da incolumidade físico psíquica e econômica do Consumidor. Proteção pré-contratual e contratual práticas comerciais abusivas e cláusulas contratuais abusivas. Informação. Interpretação contratual. A responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços civil, administrativa e penal. A Defesa do Consumidor em Juízo.

Disciplina: Teoria e Prática Processual Penal
Carga horária: 105h
Ementa:

Estrutura da Sentença e Solução de Tese: Introdução teórica necessária. Estrutura formal e linguagem da sentença. Sentença absolutória. Sentença condenatória. Desclassificação, *emendatio libelli* e *mutatio libelli*. Decisões e sentenças no processo de júri. Perdão judicial e extinção da punibilidade pela prescrição. Publicação, registro e intimação da sentença. Defeitos da sentença penal: nulidades e irregularidade. Prática da Sentença Penal e da Análise de Teses. **Decisões Interlocutórias. Dosimetria da Pena:** Das Penas em Espécie: privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito e multa. Método Trifásico. Substituição da Pena. Aplicação da Pena de Multa. Concurso de Crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. *Aberratio Ictus* e *Aberratio Delicti*.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa
Carga horária: 15h
Ementa:

Pesquisa: 1. Para que serve (Tipos de pesquisa: básica, aplicada, experimental). 2. As Bases do Método Científico (Construção do objeto da pesquisa: Definição de método científico. Avanços da ciência. De que maneira o método científico aparece na estrutura de artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos). 3. Planejamento de Pesquisa (Elementos essenciais de um projeto de pesquisa. Como encontrar um problema de pesquisa. Como fazer perguntas e como encontrar respostas). 4. A Produção do Conhecimento (Como elaborar um resumo geral. Como escrever introduções e conclusões. O processo de revisão do documento). 5. Produção de Documentos (As qualidades de um documento: clareza, objetividade, precisão, fluidez, familiaridade).

Disciplina: Preparação para a Prova Oral
Carga horária: 15h
Ementa:

Comunicação verbal e não-verbal. Expressão corporal e voz do orador. Vícios de linguagem. Preparação para a fala avaliativa.